

A. I. N° - 140211.0014/04-6
AUTUADO - NARANDIBA SUPERMERCADOS LTDA.
AUTUANTE - FERNANDO DA GAMA SANTOS
ORIGEM - INFAZ BONOCÔ
INTERNET - 16.05.05

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0131-02/05

EMENTA: ICMS. SIMBAHIA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. CONTA “CAIXA”. SALDO CREDOR. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES MERCANTIS NÃO CONTABILIZADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Saldo credor da conta “Caixa” indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados, decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Não foi comprovada pelo contribuinte a origem dos recursos, porém, foi reduzido o débito por erro na sua apuração. Infração parcialmente subsistente. Rejeitada a preliminar de nulidade argüida. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 28/12/2004, e reclama a falta de recolhimento do ICMS no valor de R\$ 17.493,71, em decorrência da omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de saldo credor na Conta “Caixa”, nos exercícios de 2000 e 2001, conforme demonstrativos e documentos às fls. 05 a 24.

No prazo legal, o autuado, por seu representante legal, apresenta defesa às fls. 28 a 34, argüindo preliminarmente a nulidade da infração sob o argumento de que a descrição do fato no Auto de Infração é insuficiente para possibilitar uma descrição clara e precisa, por entender que o autuante não explicou a existência de algum nexos causal entre “omissão de saídas tributáveis” e “saldo credor de Caixa”, bem como, por considerar que a situação motivadora da autuação não é fato gerador do ICMS.

No mérito, o sujeito passivo alegou que o autuante cometeu equívocos no seu trabalho fiscal, relativamente a:

Exercício de 2000 – Que foram considerados todos os pagamentos das compras no mês de dezembro, no total de R\$573.532,23, sem em levar em conta que parte dessas compras no valor de R\$ 25.955,68 tinha o seu vencimento no exercício de 2001, conforme relação à fl. 36. Por conta disso, diz que o valor correto das compras deve ser de R\$ 547.576,55, e que o saldo de Caixa após esta modificação passa a ser de R\$ 4.428,12.

Exercício de 2001 – Reconheceu em parte esta infração, sem os equívocos apontados: 1) que foram considerados todos os pagamentos das compras no mês de dezembro, no total de R\$ 609.753,63, sem em levar em conta que parte dessas compras no valor de R\$ 35.260,11 tinha o seu vencimento no exercício de 2002, conforme relação à fl. 17, cujo total das compras pagas dentro

do exercício é de R\$ 574.493,52; 2) que o montante da folha de pagamento do período é de R\$ 71.088,02 e não R\$ 77.347,40, pois não foi deduzida a parcela correspondente a previdência social no valor de R\$ 6.259,48. Com a alteração de tais ocorrências conclui que o saldo credor da conta Caixa passa a ser de R\$ 127.716,81, reconhecendo o débito no valor de R\$ 11.494,51, resultante da aplicação da alíquota de 17%, menos o crédito presumido de 8% previsto para contribuinte inscritos no SIMBAHIA, conforme demonstrativo à fl. 39.

Na informação fiscal às fls. 45 e 467 o autuante refutou os argumentos defensivos com base no seguinte.

Quanto ao questionamento de inexistência de diploma legal que ampara a autuação e falta de clareza no Auto de Infração, o autuante salienta que a partir do momento que o autuado comprovou o recolhimento de sinal da denúncia espontânea do débito, aceitou plenamente a tipificação legal, a ocorrência descrita e os demonstrativos anexos.

No tocante a questão relacionada com as inconsistências apontadas, ressaltou que o autuado acatou em parte o conteúdo das planilhas que embasam a autuação, constantes às fls. 06 a 09 dos autos. Declarou que concorda com a inclusão do saldo inicial existente em 01/01/2001, no valor de R\$ 1.805,40, pois o mesmo encontra-se informado na Declaração Anual Simplificada do Imposto de Renda, ano base 2000, fl. 13, do processo.

Sobre as demais alegações defensivas, esclareceu que o contribuinte foi intimado em 23/12/2004 (fl. 19) a apresentar documentos que possibilitassem estabelecer quais as obrigações que ocorreram nos exercícios e nos seguintes, tendo obtido como resposta (fl. 20), através de ofício subscrito pelo representante da empresa que não dispunha de tais informações.

Não concordou com as alterações dos valores relativos aos pagamentos efetuados nos exercícios seguintes, por considerar que os mesmos estão desprovidos de comprovação, quais sejam documentos de caixa, duplicatas pagas, notas fiscais e documentos relativos a folhas de salários, argumentando que: Não foi apresentado nenhum comprovante de despesa do exercício de 1999 paga no exercício de 2000; o valor de R\$25.955,68 utilizado para elidir o valor do débito do exercício de 2000 não foi acrescentado à planilha de despesas de 2001, o que seria tecnicamente recomendado.

Conclui pela manutenção de sua ação fiscal.

Tendo em vista que na informação fiscal o autuante apresentou novo valor do débito, o sujeito passivo foi intimado a tomar conhecimento do conteúdo da citada informação, tendo apresentado nova impugnação às fls. 51 a 52, na qual foram anexadas às fls. 54 a 117, cópias das notas fiscais relacionadas às fls. 36 e 37, com vistas a comprovar que os vencimentos das faturas ocorreram nos exercícios seguintes. Por conta disso, foi solicitada a exclusão das parcelas de R\$ 25.955,68, para o ano de 2000, e R\$ 35.260,11 para o ano de 2001.

Além disso, foram anexadas ainda cópias de folhas de pagamentos e de guias da previdência social (docs. fls. 123 a 145), para comprovar que o desembolso da folha de pagamento no ano de 2001 foi consignado a mais a importância de R\$ 6.259,38.

Finalizou reconhecendo a procedência parcial da autuação com débito no valor de R\$ 11.494,51, conforme demonstrativo à fl. 49, informando que foi efetuado o processo de parcelamento do

referido débito, conforme DAE à fl. 42 relativo ao pagamento inicial de parcelamento de débito no valor de R\$ 2.298,90 (valor principal) e R\$ 3.846,98 (valor total).

VOTO

O Auto de Infração exige de empresa de pequeno porte inscrita no SIMBAHIA, imposto calculado com base na presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através da constatação de saldos credores na Conta Caixa, conforme demonstrativos às fls. 05 a 08.

Rejeito a preliminar de nulidade argüida pelo sujeito passivo de que a descrição do fato no Auto de Infração não é suficiente para possibilitar uma descrição clara e precisa, pois ao adentrar no mérito demonstrou o perfeito entendimento da causa que ensejou a acusação fiscal, notadamente a ocorrência de saldos credores de Caixa apurados em sua escrita nos anos de 2000 e 2001. Quanto a alegação de que dita ocorrência não é fato gerador do ICMS, observo que o saldo credor da conta “caixa” indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados, decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas, e quando o contribuinte não comprova a improcedência dessa presunção legal, a irregularidade encontra amparo no art. 2º, § 3º, inciso I, do RICMS/97.

Portanto, quando é detectada pela fiscalização omissão de saídas de mercadorias apuradas através de saldo credor de Caixa, a legislação citada, autoriza a presunção legal de omissão de mercadorias sem a tributação devida, cabendo ao contribuinte elidi-la mediante comprovação da origem do numerário utilizado no pagamento das aquisições.

Quanto ao mérito do presente caso, analisando os documentos apresentados na defesa para elidir a presunção legal de omissão de saídas, observo que, embora a auditoria de Caixa tenha considerado os pagamentos no mês de aquisição, porém, tem razão em parte o autuado, no sentido de que sejam deduzidos do montante dos pagamentos o valor correspondente às compras do mês de dezembro e pagas nos exercícios seguintes, relacionadas às fls. 36 e 37, pois conforme comprovam as cópias das notas fiscais às fls. 54 a 118, os vencimentos de tais aquisições foram os exercícios seguintes.

Também concordo com a alteração no exercício de 2001 do valor correspondente a folha de pagamento, haja vista que realmente não foram excluídos os valores descontados a título de previdência social, e ainda que seja incluído o saldo inicial de caixa existente em 01/01/2001, no valor de R\$1.805,40, pois o mesmo se encontra informado na Declaração Anual Simplificada do Imposto de Renda, ano base 2000, fl.13, do processo.

Procedendo-se as alterações citadas, os demonstrativos de apuração de disponibilidades de Caixa às fls. 05 e 07 ficam modificados conforme quadros abaixo.

| ESPECIFICAÇÃO | EXERCÍCIO 2000 | EXERCÍCIO 2001 |
|----------------------------------|----------------|----------------|
| SALDO INICIAL | - | 2.622,72 |
| RECEBIMENTOS | 715.813,68 | 638.723,94 |
| PAGAMENTOS | 737.341,24 | 807.649,24 |
| INCLUSÕES/EXCLUSÕES: | | |
| COMPRAS PAGAS EM 2001 | (25.955,68) | 25.955,68 |
| COMPRAS PAGAS EM 2002 | | (35.260,11) |
| PREV.SOCIAL S/FOLHA DE PAGAMENTO | | (6.259,38) |
| TOTAL DOS PAGAMENTOS | 711.385,56 | 792.085,43 |

| | | |
|---------------------------------------|----------|--------------|
| SALDO EM 31/12 | 1.805,40 | 2.116,40 |
| SALDO FINAL | 2.622,72 | (152.855,17) |
| CÁLCULO DO IMPOSTO | | |
| OMISSÃO DE SAÍDAS | - | 152.855,17 |
| ICMS A 17% | - | 25.985,38 |
| CREDITO PRESUMIDO (ART.408-S,RICMS/97 | - | 12.228,41 |
| ICMS A RECOLHER | - | 13.756,97 |

Desta forma, considerando que as provas trazidas aos autos elidem em parte o trabalho fiscal, entendo que está caracterizado o cometimento da infração, incorrendo o contribuinte, na condição de empresa de pequeno porte inscrito no SIMBAHIA, na situação prevista no inciso V do artigo 408-L do RICMS/97, sendo devido o cálculo do imposto com base nos critérios e nas alíquotas aplicáveis às operações normais com a concessão do crédito presumido previsto no artigo 408-S do RICMS/97, conforme cálculos acima.

Ante o exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração no valor de R\$ 13.756,97, devendo ser homologado o valor recolhido pelo contribuinte conforme DAE à fl. 42.

DEMONSTRATIVO DO DÉBITO–INFRAÇÃO 01

| Data Ocor. | Data Vencto. | B. de Cálculo | Aliq.(%) | Multa (%) | Vr.do Débito |
|-----------------|--------------|---------------|----------|-----------|--------------|
| 31/12/2001 | 9/1/2002 | 80.923,35 | 17 | 70 | 13.756,97 |
| TOTAL DO DÉBITO | | | | | 13.756,97 |

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **140211.0014/04-6**, lavrado contra **NARANDIBA SUPERMERCADOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 13.756,97**, acrescido da multa 70%, prevista no art. 42, inciso III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado o valor comprovadamente recolhido.

Sala das Sessões do CONSEF, 26 de abril de 2005.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO – JULGADOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA